

■ POLÍTICA



Antônio Carlos Magalhães

Proposta de Magalhães para o ensino

por César Felício

de Brasília

O Senado aprovou ontem a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), incluindo no projeto uma emenda que enfraquece os cursos de pós-graduação no País. A proposta, de autoria do senador Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA), equipara os professores com cursos de especialização aos que fizeram mestrado ou doutorado. Desta maneira, um estabelecimento de ensino superior não teria mais que reservar 51% de suas vagas no corpo docente a pós-graduados.

"Isto assassina o ensino superior no Brasil", reagiu o relator da LDB na Casa, senador Darcy Ribeiro (PDT-RJ). "Com esta mudança, qualquer fulano que fizer um curso de artesanato indígena no Paraguai vira professor universitário", ironizou o presidente da Comissão de Educação do Senado, Roberto Requião (PMDB-PR). O que é curso de especialização, para o novo fim, só vai ser especificado por lei posterior.

A justificativa de Antônio Carlos pautou-se pela "inexequibilidade" da exigência de 51% das vagas porque apenas 35% dos professores brasileiros dispõem atualmente de pós-graduação. Para ACM, nem mesmo o prazo de oito anos, colocado por Ribeiro para a adequação das universidades, resolveria o problema. A proposta de ACM contou com o apoio da maioria das lideranças do Senado.

Presente na sessão, o ministro da Educação, Paulo Renato de Souza, reagiu com tranquilidade. Para ele, a emenda de ACM tem o risco de poder baixar a qualidade do ensino universitário, mas isto não é uma consequência inevitável. O assunto ainda tem que ser regulado por lei complementar. "Além disso, hoje não há nada para regular o assunto. A lei da forma como está é melhor do que coisa nenhuma", afirmou. Para Ribeiro e Requião, a emenda de ACM beneficia as faculdades particulares.

A LDB é uma das matérias mais antigas em tramitação no Congresso. Ela começou a ser analisada pela Câmara em 1988, foi para o Senado em 1993 e agora volta para a Câmara. O parecer de Ribeiro alterou completamente o projeto introduzindo 200 emendas. Pela LDB do Senado, Os municípios terão que limitar os seus gastos em educação apenas para o ensino fundamental, os Estados terão que se dedicar ao ensino médio e a União, ao ensino universitário. Passa a ser obrigatório o ensino de duas línguas estrangeiras no segundo grau e os professores serão avaliados periodicamente pelo governo.

Com câncer, o senador Darcy Ribeiro, 73 anos, foi homenageado no final da sessão; sendo aplaudido de pé pelos senadores e chamado até de "santo" pelo presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP).

11 FEV 1996
GZETA